



Boletim

CR/RRR

MARÇO/2015





AGENDA

APEOESP

MARÇO

08

Dia Internacional da Mulher

13

Reunião Ordinária do CER
Assembleia Estadual

CUT

MARÇO

04

Abertura Política do 12º CONCUT - Brasília

08

Dia Internacional da Mulher - Marcha das Mulheres

08-09

Encontro Estadual de Mulheres da CUT/SP

13

Ato das Centrais e movimentos sociais em Defesa da Petrobras

21

Dia Internacional contra a Discriminação Racial

27-29

8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT

30

CONAFOR

CNTE

MARÇO

08

Dia Internacional da Mulher

09-10

Encontro Nacional de Educadores Indígenas

11-13

Fortalecimento das campanhas salariais com mobilização nacional

27-29

8º Encontro Nacional de Mulheres da CUT





I. Conjuntura

O ano de 2015 começa marcado por profundas tensões políticas. Este clima de tensão está relacionado ao debate que foi travado na eleição presidencial de 2014, quando o cenário político registrou uma polarização como há muito tempo não se via. O grau de polarização pôde ser verificado com a intensidade de envolvimento dos grandes grupos econômicos e de setores da mídia na candidatura do Senador Aécio Neves, do PSDB.

Apesar de todos os problemas e limitações apontados pelos movimentos sociais, a candidatura da Presidenta Dilma representa para a maioria da população uma perspectiva de continuidade de um projeto de governo que incorporou imensas parcelas da sociedade até então excluídas de condições básicas de cidadania, através de avanços nas mais diversas áreas. Isto incomoda os interesses de grupos econômicos e políticos que há séculos dominam o Brasil e que enxergaram nas eleições de 2014 a melhor oportunidade de retomada do poder.

Impeachment é golpe

Apesar da vitória da Presidenta Dilma, os setores que se aglomeraram em torno da candidatura

Aécio, tendo aliados como o Governador Geraldo Alckmin em São Paulo, partidos e segmentos políticos e econômicos que tiveram seus interesses prejudicados, vem forçando a realização de um “terceiro turno”, inicialmente tentando impedir a posse de Dilma e, agora, tentando criar de forma artificial um clima de ingovernabilidade, insuflando os meios de comunicação e setores da sociedade a se posicionarem pelo impeachment da Presidenta que acabou de ser eleita pela maioria da população.

O PSDB galvaniza em torno de si os mais diversos movimentos de oposição à presidentia Dilma, inclusive grupos de inspiração fascista que defendem uma intervenção militar e a volta da ditadura. Unidos em torno da ideia de derrubar o Governo Dilma, tentam se valer da conservadora composição do Congresso Nacional - os trabalhadores perderam 50% de sua representação - para perpetrarem um golpe institucional contra a Presidenta da República.

No dia 13 de março a APEO-ESP em conjunto com outras entidades ligadas aos movimentos sociais estará nas ruas para defender o respeito à democracia, a reforma política (que impeça a continuidade

do financiamento empresarial de campanhas e amplie os espaços de participação popular no Estado) e os direitos dos trabalhadores, os serviços e empresas públicas, sobretudo a Petrobras, alvo de pesados ataques que visam sua privatização.

Corrupção, parcialidade da mídia e ataques à Petrobras

Parte da justificativa utilizada por estes segmentos se assenta nas denúncias da denominada operação “Lava Jato” da Polícia Federal, que investiga a existência de desvio de dinheiro no interior da Petrobras em suas relações com empresas privadas e grupos políticos. Esta mesma imprensa vem escondendo parte das informações da investigação, seja omitindo ou minimizando o importante fato de que os desvios na estatal tiveram início durante o governo tucano de FHC, seja escondendo a participação do Banco HSBC nestas operações e seu vínculo com políticos e empresários ligados ao PSDB. Os mesmos meios de comunicação, liderados pela Rede Globo, que se dedicam a noticiar diariamente o suposto envolvimento





de pessoas ligadas ao Governo Federal nos desvios da Petrobras, recusa-se a divulgar a lista de 8 mil brasileiros que sonégam impostos e depositam recursos em contas numeradas na Suíça.

Nós, da APEOESP, defendemos que toda operação de desvio seja investigada e que os crimes, quando houver, sejam apurados e julgados, mas é preciso que haja isenção e não exista manipulação da investigação a partir de interesses escusos. Só com investigações sérias e isentas será possível recuperar a credibilidade nas instituições políticas.

O fato é que existem poderosos grupos econômicos, multinacionais, interessados no desgaste da Petrobras, para que sejam criadas condições para a sua privatização. É preciso combinar, portanto, a defesa de profunda investigação e punição dos envolvidos nos esquemas de corrupção com uma forte defesa do caráter estatal da Petrobras, maior empresa do país, uma das maiores do mundo e patrimônio do povo brasileiro. O fortalecimento da Petrobras e a defesa do seu caráter estatal representam mais dinheiro para a escola pública, através das riquezas potenciais de recursos do royalties (75%) e do fundo social do pré-sal (50%) conforme determina a Lei conquistada pelos movimentos sociais. Desta forma, a privatização da Petrobras, cujo interesse permeia todo ataque

à mesma representa também um ataque à escola pública.

Remédio amargo pode acelerar a crise

Infelizmente, de forma equivocada, o governo Dilma, para enfrentar a crise econômica que vem assolando a economia mundial, adotou medidas que prejudicam os trabalhadores. Em vez de adotar medidas que apontem para a geração de empregos, para o aumento de renda dos trabalhadores, para a distribuição de renda e para a busca de novos recursos junto aos detentores de grandes fortunas, decidiu restringir o acesso dos trabalhadores a alguns de seus direitos e adotou a alta da taxa de juros e restrições ao crédito, medidas que podem induzir a economia à recessão.

Como resposta, os trabalhadores, através dos sindicatos, da CUT e demais centrais sindicais e entidades afiliadas têm se mobilizado para reverter estas medidas, para que sejam recolocadas no cenário medidas econômicas e sociais como as praticada durante o Governo Lula. Todavia, reafirmamos, o correto posicionamento das entidades sindicais e dos movimentos sociais em defesa de suas bandeiras legítimas que não podem ser usurpadas por grupos que estão interessados em aplicar um verdadeiro golpe, através do impeachment da presidenta Dilma.

Governo Alckmin é blindado pela mídia

Este clima de instabilidade política e social vem se agravando a partir de outros fatores, que colaboram para aumentar o clima de insatisfação da sociedade, propiciando um cenário adequado para discursos oportunistas e para a desinformação promovida pela mídia. No caso da crise de abastecimento de água, por exemplo, nem sempre existe na sociedade a consciência de quem são os responsáveis por esta situação. Os grandes meios de comunicação omitem em seus noticiários que governos tucanos como o de Geraldo Alckmin em São Paulo e de Antonio Anastasia em Minas Gerais foram irresponsáveis ao deixarem de tomar medidas que poderiam evitar que chegássemos a este ponto. A crise atual, em São Paulo, é resultado de um modelo de gestão que optou pela privatização da SABESP, em detrimento do direito da população ao abastecimento d'água. Neste início de ano a mídia vem, mais uma vez, manipulando informações, desta vez sobre o fechamento de classes e superlotação de salas de aula, apresentando informações como se fossem casos isolados e não resultados de uma política de governo, além de omitir que a reação a esta política resulta da ação coordenada e organizada da APEOESP em todo estado de São Paulo.



Professores nas ruas contra os inimigos da educação

Governos que não possuem compromisso com educação de qualidade para todos e com a valorização de seus profissionais já começaram a adotar medidas de redução dos investimentos e corte de direitos, como é o caso do Governador Beto Richa, do PSDB do Paraná e de Alckmin, em São Paulo. No Paraná a resposta dos professores ao pacote fiscal de Richa foi imediata e forçou o governo tucano a recuar. No estado de São Paulo estamos nos mobilizando para uma forte greve (veja matéria sobre a campanha salarial e educacional) que obrigue o governo a atender nossas reivindicações, garantindo empregos, melhorando salários e oferecendo condições de trabalho para um ensino de qualidade nas escolas estaduais.

Apesar de todas essas dificuldades, iniciamos o ano de 2015 com o desafio de começarmos a implementar as metas do novo Plano Nacional de Educação (PNE), entre as quais podemos destacar, sem prejuízo das demais, a Meta 17, que define como uma das formas de valorização dos profissionais do magistério a equiparação do rendimento médio ao dos demais profissionais com formação equivalente. Também a Meta 20

é fundamental, pois ela define que o investimento público em educação pública deverá atingir no final do decênio pelo menos 10% do Produto Interno Bruto (PIB) e no quinto ano de vigência da lei, pelo menos 7% do PIB. Não menos importantes são a meta 18, que trata da obrigatoriedade da existência de planos de carreira em todos os sistemas de ensino e a meta 19, que trata de implementação de mecanismos de gestão democrática na educação brasileira.

A APEOESP luta por um Plano Estadual de Educação (PEE) democrático e emancipador, como política de Estado, que não sofra descontinuidades com as periódicas mudanças de governo. Lutamos por um PEE que, a exemplo do Plano Nacional de Educação, garanta a valorização dos profissionais da educação, com a equiparação salarial dos professores aos demais profissionais com nível superior completo e de uma carreira justa. Um PEE que garanta a aplicação de mais recursos na educação pública, com base no Custo-Aluno-Qualidade, um conjunto de fatores necessários a um ensino de qualidade para nossos alunos. Um Plano Estadual de Educação que estabeleça a gestão democrática e participativa nas escolas e redes

de ensino e que trace o caminho para que se construa, no estado de São Paulo, um Sistema Estadual de Educação, implementando o regime de colaboração entre o Estado e os Municípios.

Por isso, a APEOESP formulou propostas e participa da comissão de redação do PEE no Fórum Estadual de Educação e tem este trabalho como uma de suas prioridades.

Ato em defesa da Petrobras, dos direitos dos trabalhadores, pela reforma política e contra os desmandos do governo Alckmin

A APEOESP é uma das lideranças deste movimento, que também busca denunciar à sociedade os desmandos do Governo Alckmin (PSDB) contra a educação pública, contra os serviços públicos, a falta d'água e outros ataques aos direitos da população paulista.

O ato será realizado no dia 13/03, às 16 horas, após a assembleia da APEOESP, também no vão livre do MASP na Avenida Paulista.



II. CAMPANHA SALARIAL E EDUCACIONAL

É PRECISO MOBILIZAR A CATEGORIA E A SOCIEDADE

Vamos à greve por emprego, salário, condições de trabalho e água para todos.

A educação e os professores devem ser valorizados pelos governos, segundo pesquisa que realizamos com a CNTE e o Instituto Data Popular sobre a Qualidade da Educação no Brasil (2014), na qual foi revelada a opinião da população sobre a educação e seus profissionais.

Nesta pesquisa nacional, a profissão do professor foi apontada pelos entrevistados como a mais importante para que tenhamos um melhor futuro no Brasil. Entretanto, poucos entrevistados (15%) fariam a opção pela profissão de professor. Neste mesmo levantamento 85% dos entrevistados responderam que os professores são menos valorizados do que deveriam pelo governo.

Apesar das promessas de campanha do governo Geraldo Alckmin, o que a sociedade e os professores estão encontrando pela frente neste início de ano letivo é o total descaso com a

educação e desrespeito pelos seus profissionais, diminuindo os recursos para a educação.

Faltam água e condições de trabalho nas escolas

Um dos problemas que os alunos e profissionais da educação enfrentarão já neste início de ano letivo é o racionamento de água nas escolas, inviabilizando o pleno funcionamento das mesmas e, portanto, do processo de aprendizado de forma mais adequada. Lembramos que o Estado de São Paulo vem sendo governado pelos tucanos há 20 anos e mesmo com o alerta sobre os riscos de desabastecimento de água no estado feito por ONGs já há algum tempo, o governador deixou o estado chegar nesta situação caótica, não tomando medidas que poderiam tê-la evitado.

O corte de verbas da educação, desviadas para outras finalidades, eleitoreiras, vem gerando mais problemas nas unidades escolares. Falta papel higiênico, materiais de escritório e itens necessários ao processo ensino-aprendizagem. Sem manutenção, alguns prédios apresentam riscos para professores e estudantes e muitos se tornam espaços

inadequados para se ministrarem aulas com qualidade.

Governo estadual fecha classes e superlota salas de aula

Além da situação dramática resultante do racionamento da água nas escolas e das deficientes condições de trabalho, o governo Alckmin está promovendo o fechamento de classes e com isso provocando a superlotação de salas de aula, que podem chegar a ter até 80 alunos. Esta superlotação, além de resultar na redução de profissionais que deixarão de ser contratados, afetará as condições de trabalho dos profissionais que terão que lidar com condições cada vez mais precárias prejudicando ainda a qualidade do ensino no Estado de São Paulo.

De acordo com o levantamento parcial realizado pela APEO-ESP junto a 54 subseções (veja quadro a seguir), 3.323 classes foram fechadas, resultando em menor número de aulas e de oportunidades de trabalho para os professores. A subseção do DIEESE na APEOESP calcula que no mínimo 5 mil professores temporários (categoria "O") podem ter ficado desempregados devido ao fechamento de classes.

SALAS FECHADAS - RESULTADO PARCIAL

	SALAS
AMPARO	16
ANDRADINA/ PEREIRA BARRETO	14
ARARAQUARA	25
ARARAS	10
ASSIS	20
BAIXADA SANTISTA	50
BOTUCATU	25
BRAGANÇA PAULISTA	20
CAÇAPAVA	15
CAMPINAS	200
CARAPICUIBA	5
CASA BRANCA	12
CATANDUVA	38
CRUZEIRO	10
DRACENA	26
FRANCA	103
FRANCO DA ROCHA	90
GUARULHOS/ARUJÁ/SANTA IZABEL	300
ITAPEVI	100
ITAQUAQUECETUBA	40
ITAQUERA	130
JABOTICABAL / BEBEDOURO	43
JALES	21
JUNDIAÍ	153
LESTE / PENHA	62
LESTE / TATUAPÉ	14
LESTE / VILA PRUDENTE	29

	SALAS
LIMEIRA	14
LITORAL SUL	60
LORENA	25
MARÍLIA	35
MOGI DAS CRUZES	30
MAUÁ / RIBEIRÃO / RIO GRANDE	90
NORTE	60
OESTE / LAPA	100
ORLÂNDIA E REGIÃO	25
OURINHOS	30
PENÁPOLIS	7
PEREIRA BARRETO	11
PIRACICABA	50
POÁ / FERRAZ	130
PRESIDENTE PRUDENTE	21
RIBEIRÃO PRETO	30
SÃO JOÃO DA BOA VISTA	30
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	242
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	28
SANTO AMARO	250
SANTO ANDRÉ	70
SÃO BERNARDO	90
SÃO CAETANO	53
SÃO MIGUEL	90
SOROCABA	35
SUDESTE	50
SUZANO	96
TOTAL	3.323

Redução de PCPs prejudica o processo pedagógico

Um dos elementos que contribuem para que o Projeto Político Pedagógico de uma escola funcione efetivamente, além da ampla participação da comunidade é a presença de profissionais que atuam na coordenação destes Projetos. Apesar da importância destes profissionais e apesar das promessas de valorização da educação, o Governo do Estado de São Paulo vem reduzindo o número de Professores Coordenadores Pedagógicos (PCPs), prejudicando

mais uma vez a possibilidade de se concretizar a construção de uma escola de qualidade.

A Secretaria da Educação emitiu um comunicado às escolas e diretorias de ensino ampliando para 3 o número de PCPs naquelas que tenham no mínimo 30 classes de ensino fundamental e médio. Devemos ficar atentos e fiscalizar a aplicação desta medida, pois ao reduzir o número de PCPs nas escolas o governo Alckmin (PSDB) vem promovendo mais desemprego entre os professores.

Baixos salários, jornada estafante e reajuste zero: não vamos aceitar!

Apesar do estado de São Paulo ser o mais rico da Federação, os professores da rede pública estadual paulista vem acumulando perdas no poder aquisitivo de seu vencimento salarial, fazendo com que cada vez mais profissionais procurem outras alternativas de sobrevivência ou acumulem jornadas de trabalho, com evidente prejuízo do ensino. Apenas para efeito de ilustração do quadro difícil que vive o magistério no Estado



de São Paulo, a diferença entre o salário dos professores em relação ao Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN), nos últimos seis anos, diminuiu de 37,8% para 8,8% - no caso do PEB I - e de 59,9% para 26,0% - no caso do PEB II. Veja tabelas na página ao lado.

Entretanto, quando falamos em condições de trabalho do professor, um dos fatores que mais afetam o seu trabalho e sua qualidade de vida é a composição da jornada de trabalho. Neste sentido, a instituição da Lei 11.738/2008, também conhecida como a Lei do Piso (PSPN), definiu que a jornada de trabalho do professor deve observar “o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos.” Ora, o desrespeito do Governo Alckmin ao não aplicar a legislação, agravado pela superlotação empreendida pelo mesmo, pela falta de perspectivas profissionais e pela constante situação de violência nas escolas, tem contribuído para que se deteriore mais ainda o cenário da escola pública estadual paulista. Não é de se estranhar que poucos jovens venham escolhendo o magistério como profissão.

Mobilizar para a greve

Para enfrentar este cenário caótico os professores sabem o que devem fazer: se organizar,

mobilizando a categoria e a comunidade escolar para lutarmos por melhores condições de trabalho e por uma escola pública de qualidade. É preciso que os professores, além de organizarem e mobilizarem os colegas da categoria, façam um grande esforço para mobilizar os pais e os alunos nesta luta, que é por uma educação de qualidade para todos. Se queremos uma escola pública que aponte para um futuro mais justo temos que somar esforços. Para isso a APEOESP construiu um conjunto de propostas e um calendário de lutas que envolve a organização e mobilização da categoria e da comunidade escolar.

Reivindicações:

- Aumento salarial de 75,33% para equiparação com as demais categorias com formação de nível superior (conforme prevê a meta 17 do Plano Nacional de Educação), rumo ao piso do DIEESE para o PEB I com jornada de 20 horas semanais de trabalho.
- Aplicação da jornada do piso.
- Reabertura das classes e períodos fechados e desmembramento das classes superlotadas.
- Por uma nova contratação dos professores temporários, com garantia de direitos, sem quarentena nem duzentena.
- No mínimo um Professor Coordenador Pedagógico por escola e alteração dos módulos (para que haja mais PCPs). Gestão

democrática para escolha de PCP entre professores.

- Fim da lei de faltas médicas e das perseguições nas perícias médicas.
- Convocação de todos os concursados.
- Aumento dos valores de vale-alimentação e vale-transporte.
- Fim da violência nas escolas.
- Água em todas as escolas, para todos.

Calendário de Mobilização:

De 02 a 13 de fevereiro – visita às escolas – afixar cartazes da campanha salarial – eleger representantes.

De 18 a 20 de fevereiro – Durante o planejamento nas escolas, debater a greve com os professores e prosseguir a eleição dos Representantes.

Dia 27 de fevereiro – Reunião de Representantes – com dispensa de ponto.

Durante o mês de fevereiro, o quanto antes, as subsedes devem organizar atos nas Diretorias de Ensino para pressionar o Governo a reabrir classes e períodos que foram fechados e desmembrar as classes superlotadas.

De 02 a 06 de março – Realizar atos e outras atividades regionais – continuar as visitas às escolas – divulgação da campanha salarial nas mídias locais.

Dia 09 de março – Reuniões com os estudantes nas escolas.

Dia 10 de março – Reuniões com os pais.





Dia 11 de março – Assembleias regionais – organizar os comandos de greve.

Dia 13 de março – Assembleia Estadual – 14 horas – Vão livre do MASP – Avenida Paulista – Capital: Greve!

Organizar comandos e realizar ações locais

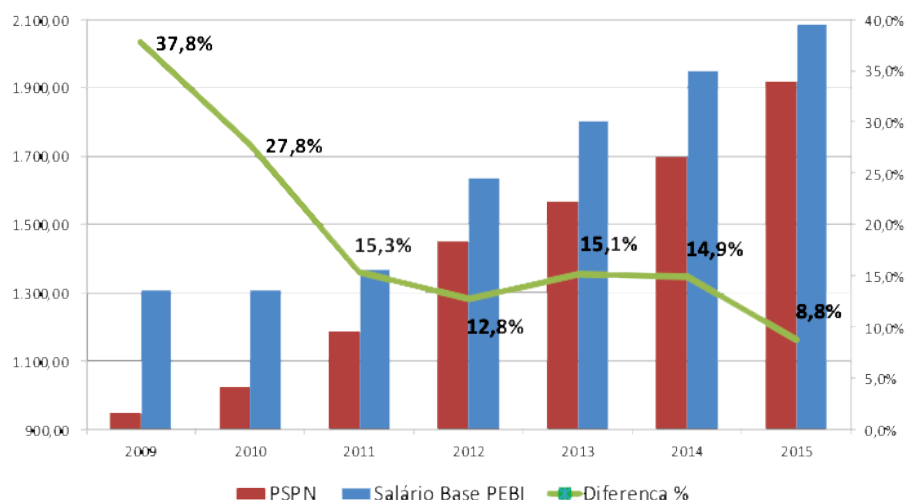
Por isso, a partir do calendário estadual, as reuniões de representantes devem planejar as ações regionais e locais. As visitas às escolas são fundamentais neste processo. Assim devem ser organizados comandos para esta tarefa, na qual as escolas mais mobilizadas possam contribuir para a mobilização das demais. O papel dos representantes, dos conselheiros, dos diretores e, também, dos aposentados é insubstituível.

Todos à assembleia estadual!

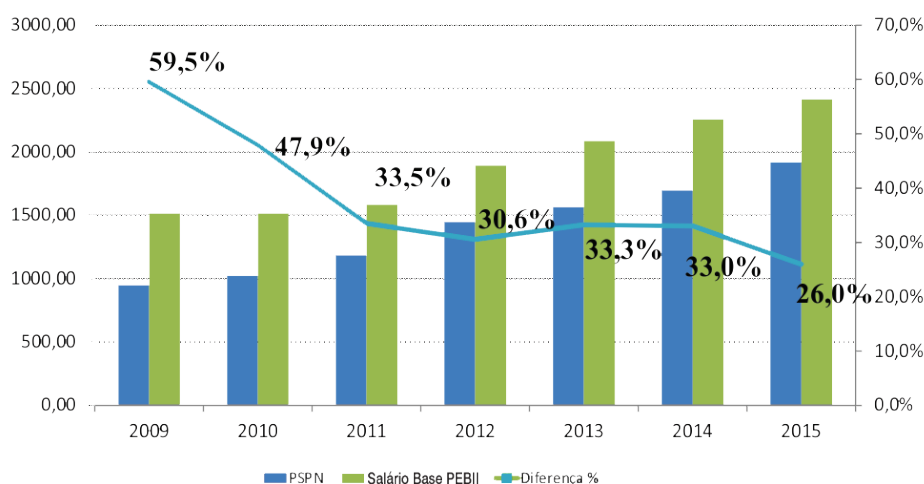
As subseções devem organizar grandes caravanas nas regiões para que realizemos uma ASSEMBLEIA ESTADUAL muito forte e massiva no DIA 13 DE MARÇO, ÀS 14 HORAS, NO VÃO LIVRE DO MASP – AVENIDA PAULISTA – CAPITAL.

Somente unidos e mobilizados, nas ruas, denunciando todos os desmandos do Governo Estadual poderemos obter vitórias e conquistas. A luta é de todos!

Diminuiu a diferença entre salário dos docentes e o Piso Salarial Nacional



Fonte: FNDE/MEC
Elaboração: DIEESE



A escola de tempo integral do PSDB, a pretexto de incluir, exclui

O Governo Estadual do PSDB faz grande estardalhaço em torno da escola de tempo integral. Em muitas regiões do estado este projeto vem sendo imposto, sem respeitar a vontade de comunidade escolar. Em muitos casos, diretores e dirigentes iniciam o processo recusando matrículas no ensino médio noturno e em classes do vespertino, “preparando” a unidade escolar para a implantação do programa. Os estudantes que tem suas matrículas recusadas, neste caso, são direcionados para outras

unidades, mais distantes. Muitos deles, trabalhadores, acabam por desistir dos estudos e se tornam futuros candidatos a frequentar classes de Educação de Jovens e Adultos.

Isto certamente explica a existência de parte dos 104 mil alunos que as escolas públicas do estado de São Paulo perderam em 2014, em comparação com o ano anterior, de acordo com o balanço realizado pelo Conselho Estadual de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.





O primeiro modelo de escola de tempo integral implementado por Alckmin chegou a atingir 514 unidades escolares, funcionando como “ilhas de excelência” em meio a carências generalizadas na rede estadual de ensino. Executado às pressas, com óbvios objetivos eleitoreiros, o projeto não tinha definições claras e um projeto político pedagógico integrando as aulas regulares às demais atividades (que, além do mais, eram poucos e desinteressantes para os alunos). O resultado foi um descompasso total entre as aulas “formais”, realizadas no período da manhã, e “outras atividades”, realizadas no período da tarde.

Houve fortes movimentos de resistência. Em Mirassol, a justiça vetou a implantação da escola de tempo integral. Em outras unidades houve revoltas estudantis, como na EE Amadeu Amaral, na Capital. Os estudantes não suportaram permanecer durante um longo período na unidade escolar sem o desenvolvimento de um verdadeiro processo educativo em toda a extensão do tempo.

Hoje, além de 280 unidades escolares de tempo integral no antigo modelo, há 182 no novo modelo, que atendem, no total, 51 mil alunos, o que representa uma média de 300 alunos por escola. Este projeto não pode, portanto, ser apresentado como a solução para os problemas da escola pública paulista.

Para nós, a questão educacional vai além da extensão das horas de permanência do aluno na escola. Fundamental é o conteúdo que será dado a essa permanência. Nossa concepção é de uma educação integrada, na qual se articulem no projeto político-pedagógico e na prática cotidiana o ensino, a cultura, a ciência, as tecnologias de forma a oferecer aos estudantes um ensino prazeroso, que possa prepará-lo para a continuidade dos estudos, para o mundo do trabalho e para a vida.

A escola de tempo integral não deve ser imposta. Ela tem que ser uma escolha consciente dos estudantes, dos pais e dos professores. Não deve, também, servir para criar diferenciações entre os educadores da rede estadual de ensino, pois condições de trabalho, valorização profissional e respeito são direitos de todos.

É um projeto que não melhora a qualidade do ensino (conforme avaliações como ENEM e SARESP); é excludente, estabelece diferenciações entre os professores (com a Gratificação de 75% por Dedicção Integral) e não tem maior significado na vida de milhares de estudantes que dele participam.

O projeto de São Paulo é declaradamente baseado no projeto desenvolvido pelo empresário Marcos Magalhães, presidente do Instituto de Co-responsabilidade pela Educação (ICE). A composição dos representantes da sociedade civil no Conselho Consultivo da Secretaria Estadual da Educação, por onde passam os projetos implementados pela Pasta, nos dá uma ideia de quem manda no programa de Escola de Tempo Integral do Governo do Estado. São representantes do Instituto Península, ligado ao Grupo Pão de Açúcar; do Inspirare, ligado a empresas da Bahia; da Fundação Bradesco; do Instituto Acaia, ligado a bancos privados; Parceiros da Educação, também ligado a bancos; Fundação Itaú Social; Grupo Iguatemi, do tucano Carlos Jereissati; Editora Abril, Instituto Natura; Instituto Unibanco.

Isso demonstra uma perigosa simbiose de interesses entre o Governo do Estado e grupos privados que nunca esconderam seu interesse na privatização, total ou parcial, da educação pública e, pelo menos, que seja direcionada ao atendimento de seus objetivos.

III. Informes

a) CUT

Em reunião realizada no início de fevereiro, a Direção Executiva da CUT avaliou a gravidade da

crise que afeta o país e reafirmou o papel da Central na defesa dos interesses históricos e imediatos da classe trabalhadora.

A crise é uma das mais graves da nossa história recente, atinge a economia e a política, gera um cenário de incerte-





za, favorece o fortalecimento dos setores da sociedade que se opõem ao governo e que, apoiados pela mídia golpista, ameaçam com a desestabilização da ordem democrática.

Diante desta conjuntura, a CUT é desafiada a representar os interesses dos milhões de trabalhadores(as) que tiveram suas expectativas frustradas com a política econômica adotada pelo governo e reafirma a defesa do modelo de desenvolvimento exposto na Plataforma da CUT, apresentada nas últimas eleições, e do projeto político vitorioso nas urnas. A crise se combate com o crescimento econômico, com a inclusão social e a diminuição das desigualdades, com o fortalecimento dos sindicatos e a democratização das políticas públicas. Direitos devem ser ampliados, nunca diminuídos.

A CUT reafirma sua posição contrária às MPs 664 e 665 (propõem mudanças nas regras de pensão e auxílio doença e nas regras do seguro-desemprego, abono e período de defesa do pescador...) e defende uma proposta de política tributária que taxe os ricos, não os trabalhadores(as). A Petrobras pertence ao povo brasileiro. Foi conquistada na luta e será defendida na luta. Jamais aceitaremos sua privatização. Seus recursos devem ser aplicados no desenvolvimento do país, em especial na educação. Cor-

rupção se combate com Reforma Política e esta se faz através de uma Constituinte Exclusiva e Soberana em relação ao poder econômico, aos partidos e ao governo.

Diante deste cenário, a CUT desenvolverá uma ampla mobilização de suas bases e ações de massa, junto com os movimentos sociais, em torno dessas bandeiras: defesa dos direitos, defesa da Petrobras e defesa da Reforma Política. Também manterá vigilância no Congresso Nacional para impedir que direitos sejam retirados, com especial atenção ao PL4330 da terceirização. (www.cut.org.br)

b) CNTE

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) apresentou, na Câmara da Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE), a pesquisa “Educação: motor de um país melhor”, encomendada ao Instituto Data Popular, em parceria com a APEOESP) e lançada na última Conferência Nacional de Educação, realizada em novembro de 2014.

O levantamento, feito com três mil pessoas com mais de 16 anos, nas cinco regiões do País, revelou que a falta de segurança e a violência nas escolas são os principais problemas apontados pela população. Os entrevistados

consideram a profissão de professor o ofício mais importante para que o Brasil tenha um bom futuro, mas apenas 15% gostariam de virar educadores.

A pesquisa apontou também que a valorização dos professores e funcionários é fator de preocupação: 98% acreditam que a profissão deveria ser valorizada. Além disso, 59% consideram que as escolas públicas estão longe de ter uma educação de qualidade e 98% consideram que bons salários para professores e funcionários ajudariam a mudar esse quadro.

Para os membros do Conselho, a pesquisa é indispensável, pois vai direcionar a reflexão dos gestores a partir da leitura real dos brasileiros sobre a escola pública.

Segundo o Presidente da Câmara de Educação Básica do CNE, Luiz Roberto Alves, este trabalho é importante tanto para o CNE quanto para o sistema educacional brasileiro. “Há uns 10 anos, observa-se a demonstração de que a educação é importante, segundo a mídia e a família, na medida em que o país conseguiu colocar as crianças na escola, em até 97% no ensino fundamental. Acontece que existe uma ignorância ampla sobre qual é essa importância trocada em miúdos. A importância é a qualidade? A formação do professor? Os valores cultivados pela escola? É a sua presença na comunidade?”, completa.



Boletim

CR/RR

AMRÇO/2014



expediente

Dirigentes responsáveis por esta publicação

Leandro Alves Oliveira
Secretário Geral

Fábio Santos Silva
Secretário Geral Adjunto

Dirigentes responsáveis pela Secretaria de Comunicações

Roberto Guido
Secretário de Comunicações

Sílvio de Souza
Secretário de Comunicações Adjunto

Conselho Editorial

Maria Izabel Azevedo Noronha
Fábio Santos de Moraes
Roberto Guido
Sílvio de Souza
Leandro Alves Oliveira
Fábio Santos Silva
Rita de Cássia Cardoso
Ezio Expedito F. Lima
Luiz Gonzaga José
Maria Sufaneide Rodrigues
Francisco de Assis Ferreira
Zenaide Honório

Tiragem 12 mil exemplares



SINDICATO DOS
PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL
DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à **CNE** e **CUT**

www.apeoesp.org.br
secgeral@apeoesp.org.br

Praça da República, 282
Tel. (0xx11) 3350-6000 • Fax (0xx11) 3350-6125
CEP 01045-000 • Capital, SP

DIRETORIA DA APEOESP TRIÊNIO 2014/2017

DIRETORIA EXECUTIVA: *Presidenta:* Maria Izabel Azevedo Noronha; *Vice-Presidente:* Fábio Santos de Moraes; *Secretário Geral:* Leandro Alves Oliveira; *Secretário Geral Adjunto:* Fábio Santos Silva; *Secretário de Finanças:* Luiz Gonzaga José; *Secretária de Finanças Adjunta:* Maria Sufaneide Rodrigues; *Secretário de Administração:* Odimar Silva; *Secretária de Administração Adjunta:* Maria José Carvalho Cunha; *Secretária de Patrimônio:* Miguel Noel Meirelles; *Secretária de Patrimônio Adjunta:* Tereza Cristina Moreira da Silva; *Secretária de Assuntos Educacionais e Culturais:* Francisca Pereira da Rocha Seixas; *Secretário de Assuntos Educacionais e Culturais Adjunto:* Richard Araujo; *Secretário de Comunicações:* Roberto Guido; *Secretário de Comunicações Adjunto:* Sílvio de Souza; *Secretário de Formação:* Ariovaldo de Camargo; *Secretário de Formação Adjunto:* Paulo José das Neves; *Secretário de Legislação e Defesa dos Associados:* Francisco de Assis Ferreira; *Secretária de Legislação e Defesa dos Associados Adjunta:* Zenaide Honório; *Secretário de Política Sindical:* Moacyr Américo da Silva; *Secretária de Política Sindical Adjunta:* Ozani Martiniano de Souza; *Secretária de Políticas Sociais:* Rita de Cássia Cardoso; *Secretário de Políticas Sociais Adjunto:* Ezio Expedito Ferreira Lima; *Secretária para Assuntos de Aposentados:* Ana Lúcia Santos Cugler; *Secretária para Assuntos de Aposentados Adjunta:* Fátima da Silva Fernandes; *Secretária para Assuntos da Mulher:* Suely Fátima de Oliveira; *Secretária para Assuntos da Mulher Adjunta:* Eliana Nunes dos Santos; *Secretária para Assuntos Municipais:* Nilcea Fleury Victorino; *Secretária para Assuntos Municipais Adjunta:* Mara Cristina de Almeida; *Secretária Geral de Organização:* Cilene Maria Obici; *Secretária de Organização para a Capital:* Silvana Soares de Assis; *Secretário de Organização para a Grande São Paulo:* Stenio Matheus de Moraes Lima; *Secretária de Organização para o Interior:* Jorge Leonardo Paz; *Secretária de Organização para o Interior:* Paula Cristina Oliveira Penha; *Secretário de Organização para o Interior:* Sergio Martins da Cunha; *Secretária de Organização para o Interior:* Sonia Maria Maciel.

DIRETORIA ESTADUAL: Ademar De Assis Camelo; Aldo Xavier Monteiro; Alexandre Tardelli Genesi; Altair De Oliveira Gomes; Ana Lucia Ferreira; Anatalina Lourenço Da Silva; Andre Luis Ferreira Da Silva; André Sapanos De Carvalho; Antonio Carlos Amado Ferreira; Antonio Gandini Junior; Antonio Jovem De Jesus Filho; Ary Neves Da Silva; Benedito Jesus Dos Santos Chagas; Carlos Alberto Rezende Lopes; Carmen Luiza Urquiza De Souza; Claudia Cristina Alves De Souza; Clodoaldo Rocha De Oliveira; Decio Alves Da Silva; Diego Vilanova Rodrigues; Dorival Aparecido Da Silva; Douglas Martins Izzo; Edna Azevedo Fernandes; Eduardo Martins Rosa; Eliane Aparecida Garcia; Elizeu Pedro Ribeiro; Emanuel Duarte; Fabiana Ribeiro da Silva; Fernanda Schlic Garcia; Flaudio Azevedo Limas; Floripes Ingracia Borioli Godinho; Fransergio Noronha De Oliveira; Gabriela Benites Oliveira; Gerson Jose Jorio Rodrigues; Gilmar Ribeiro; Glaucia De Fatima Rodrigues; Idenilde De Almeida Conceicao; Janaína Rodrigues Prazeres; Jesse Pereira Felipe; João Luis Dias Zafalão; Joaquim Soares Da Silva Neto; Joel Fernando Cangane; José De Jesus Costa; José Francisco Da Silva; José Reinaldo De Matos Lima; Jovina Maria Da Silva; Juan Francisco Amaral Ramos; Julio Cesar Brandão; Julio Cesar Rodrigues Brasil; Juvenal De Aguiar Penteado Neto; Luis Antonio Nunes Da Horta; Luiz Claudio De Lima; Luzelena Feitosa Vieira; Marcio Cabral Barbio; Marcos Luiz da Silva; Maria Carlota Niero Rocha; Maria Licia Ambrosio Orlandi; Mariana Coelho Rosa; Nilson Silva; Orivaldo Felício; Paulo Eduardo Mahon Brito; Pedro Paulo Vieira De Carvalho; Reginaldo Alberto De Almeida; Ricardo Augusto Botaro; Riquembegue Medeiros Da Silva; Rita Leite Diniz; Roberta Iara Maria Lima; Roberta Maria Teixeira Castro; Roberto Mendes; Rodolfo Alves De Souza; Rodrigo Pinto Chizolini; Ronaldi Torelli; Rosa Maria De Araujo Fiorentin; Sergio De Brito Garcia; Sergio Henrique De Oliveira Teixeira; Solange Aparecida Benedeti Penha; Sonia Aparecida Alves De Arruda; Suzi Da Silva; Tales Amaro Ferreira; Tania Siqueira; Telma Aparecida Andrade Victor; Uilder Cacio De Freitas; Valfredo Alves Siqueira; Vera Lucia Zirnberger e Wilson Augusto Fiuza Frazao.